NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 19/10/2015 - Edição 1374

Sessão Solene marca comemoração dos 36 anos da 1ª greve dos vigilantes do DF

Vigilantes, advogados, jornalistas e pessoas que fazem parte da história da categoria no DF foram homenageadas na sessão solene realizada na CLDF

O saudosismo tomou conta da homenagem aos 36 anos da primeira greve dos vigilantes do Brasil, realizada na tarde desta sexta-feira (16), no plenário da Câmara Legislativa.

Proposta pelo secretário de Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e deputado distrital, Chico Vigilante, a sessão solene contou com a participação dos principais personagens daquele momento que mudou a história da categoria.

Jornalistas, advogados, juristas e, principalmente, os vigilantes participaram do ato de homenagem e relembraram a importância da participação do vigilante Chico, como líder da greve, para as conquistas da categoria.

Na época, o movimento grevista lutava pelo fornecimento dos uniformes, pelo seguro de vida, o auxílio-funeral, o ticket de alimentação e a implantação da jornada 12 por 36 horas.

"Em plena ditadura militar tivemos uma atitude corajosa, que abriu precedentes para que outras categorias viessem a fazer o mesmo. O resultado de toda aquela luta, com certeza, foi o reconhecimento que os vigilantes adquiriram", lembrou.

CNTV prestigia o evento

O secretário de Finanças da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF, Jervalino Bispo, compôs a mesa e lembrou os momentos de luta da categoria. Além disso, destacou os desafios que ainda existem e que precisam ser superados.

“Todos os dias aparecem novos embates. Antigamente vivíamos a ditadura, era mais difícil. Mesmo tendo mudado e avançado muito, ainda hoje precisamos continuar na luta. Os patrões continuam intransigentes, continuam tentando se aproveitar dos trabalhadores a todo custo e depende de nós não deixar que isso aconteça”, ressaltou.

Novos dirigentes sindicais reconheceram a importância das lutas daqueles que iniciaram a trajetória de lutas da categoria

Secretário Geral da CNTV, Cláudio José, e secretário de Assuntos Jurídicos, Amaro Pereira, prestigiaram o evento.

O secretário Geral da CNTV, Cláudio José, juntamente com o secretário de Assuntos Jurídicos da entidade, Amaro Pereira, também acompanharam a sessão solene.

“Fiquei impressionado com os depoimentos de diversas pessoas que estiveram presentes e lembraram de como foi o início da luta dos vigilantes de Brasília”, relatou Cláudio. “Parabéns a todos os vigilantes de Brasília e ao Chico Vigilante pela homenagem feita e lembranças das lutas alcançadas”, completou.

Já Amaro afirmou que está cada vez mais certo da importância dos Sindicatos como instrumento de luta dos trabalhadores. “A nossa história não pode deixar de ser contada, principalmente este momento que norteou o rumo da história da segurança privada no país. A todos os que contribuíram para construir nosso futuro, meus agradecimentos”, disse.

Fonte: CNTV com Assessoria Chico Vigilante

Chico Vigilante lançou desafio aos novos dirigentes e convocou vigilantes a se engajarem nas lutas da categoria

Lei que garante vigilância 24 horas em caixas eletrônicos é discutida em Manaus

Representantes de bancos vão assinar TAC se comprometendo em garantir segurança aos clientes

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Manaus (COMDEC/CMM) e os representantes dos bancos públicos e privados instalados em Manaus assinam, no próximo de 29, o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), em cumprimento à Lei Municipal nº 933/2006, que obriga a regularizarem a vigilância nos caixas eletrônicos de suas respectivas agência bancárias, em um prazo de 30 dias, a partir da assinatura do documento. A lei exige vigilância ostensiva e câmeras de segurança durante o funcionamento dos caixas eletrônicos.

A decisão saiu em comum acordo, durante a segunda audiência pública sobre o cumprimento da lei, presidida pelo titular da COMDEC/CMM, vereador Álvaro Campelo (PP), realizada nas dependências do Poder Legislativo Municipal, nesta quinta-feira (15), após os representantes dos bancos pedirem um tempo maior para analisar os termos do acordo, sob a justificativa de que as decisões sobre alterações nas estruturas das agências devem passar pelas matrizes das instituições, com sede fora da capital do Estado.

O TAC, elaborado pela COMDEC/CMM, Manaus traz algumas alterações nos artigos da lei, mudou alguns pontos da lei como o artigo que prevê que os vigilantes deverão estar presentes nestes locais 24 horas. No documento a ser assinado, a presença da guarda armada será durante o horário de funcionamento dos caixas eletrônicos das agências, ou seja, hoje até às 22h.

Inicialmente, o TAC abrange apenas os caixas eletrônicos das agências bancárias, deixando de fora do alcance do Termo, os demais estabelecimentos comerciais.

Assinatura

Álvaro Campelo (PP) explicou que a assinatura do TAC era para ser feita na reunião desta quinta-feira, entretanto, atendeu solicitação dos representantes dos bancos para um estudo da minuta do Termo, pelas matrizes das instituições, fora de Manaus.

"Agora vamos aguardar que os bancos possam avaliar os termos que estamos enviando para oficialmente ser assinado. O que queremos é garantir ao consumidor maior segurança, afinal estamos vivendo um tempo de extrema violência, com caixas invadidos, assaltos nas saídas dos caixas eletrônicos e pessoas sendo enganadas. Queremos resguardar a vida do consumidor", disse o vereador.

Segundo Álvaro Campelo, os que assinarem o TAC estarão resguardados pelo acordo, mas os que não assinarem, responderão aos rigores da lei. "A partir do dia 30 de novembro, findo o prazo para as adequações, as agências bancárias já poderão ser fiscalizadas", argumentou.

Texto exequível

Representante do Banco do Brasil, Gilberto Figueiredo, destacou que por se tratar de custos e mudanças na estrutura dos próprios bancos, as decisões não podem ser tratadas de forma descentralizada. "Existe uma diretoria que trata dessa questão", disse ele, ao afirmar, por outro lado, que a o texto do TAC está exequível e tem a convicção que ele será assinado pela instituição.

Fonte: A Crítica

Vigilantes do AP pedem alteração em decreto que ameaça demissões

Categoria diz que mais de 100 profissionais já foram afastados. Decreto do governo do AP determinou corte de 25% em terceirizadas.

Categoria manifestou com panelas e cartazes em frente ao palácio do governo (Foto: Jéssica Alves/G1)

Vigilantes que atuam em órgãos do governo do Amapá realizaram nesta sexta-feira (16) uma manifestação pedindo alteração em um decreto do governo do Amapá, que aprovou a redução de 25% dos profissionais que atuam em secretarias e órgãos da administração estadual.

Segundo o sindicato da categoria, aproximadamente mil vigilantes, dos quais 328 atuantes em escolas públicas correm risco de demissão. A assessoria de comunicação do governo do Amapá informou que se posicionaria através de nota sobre o caso, o que não aconteceu até esta publicação.

A manifestação começou na Praça da Bandeira, por volta de 9h, no Centro da cidade e reuniu, segundo a organização, mais de 300 vigilantes, com faixas, cartazes e "panelaço". O movimento seguiu para a Rua General Rondon, em frente ao Palácio do Setentrião, sede do governo do estado.

O vigilante Cristiano Cabral, que liderou o movimento, explica que mesmo após a categoria reunir-se cinco vezes com representantes do governo, a situação continua. Segundo ele, mais de 100 vigilantes já foram afastados dos postos de trabalho. Ele completa que o movimento pede que ocorra a redução no número de profissionais que podem ser demitidos.

"Os vigilantes estão desempregados e as empresas que prestam serviço para Seed já foram notificadas para afastar os profissionais. Estamos manifestando para reverter isso que vamos continuar até sermos ouvidos", enfatizou.

A vigilante Anilda Dias, de 52 anos, exerce a profissão há cerca de 15 anos e diz temer ser demitida devido ao decreto. Ela atua na escola Modelo Guanabara, no Centro da capital.

"Essa situação cria um ambiente de medo para nós, profissionais, e também para a sociedade, porque as escolas ficarão mais inseguras sem a vigilância. O governo não atinge só quem trabalha, mas toda uma família, porque nossos filhos dependem da gente. Já estou sofrendo antes da hora, pois não sei se sou eu, meu colega, meu amigo. Tem vigilantes que são pai e mãe de família, como o psicológico dessa pessoa vai ficar?", desabafou.

Decreto

O decreto foi assinado em 31 de agosto pelo governador Waldez Góes e estabelece normas e medidas para contenção de despesas na administração estadual, visando o equilíbrio nas contas públicas. O documento indica a redução de consumo de energia elétrica, telefone e água em prédios públicos, além da suspensão de contratações e redução de contratos.

"Todos os órgãos da administração direta e indireta do poder executivo deverão tomar medidas visando a redução de, no mínimo, 25% dos contratos terceirizados, com exceção dos que não possam sofrer solução de continuidade de serviços públicos essenciais", diz o artigo quarto do decreto e que afetou a categoria dos vigilantes.

Fonte: G1

Vigilantes demitidos da Visam protestam por direitos trabalhistas em Manaus

Os profissionais demitidos estavam cumprindo aviso prévio desde o dia 16 de setembro – foto: divulgação

Um grupo de pelo menos 200 vigilantes protestou na manhã desta sexta-feira (16), em frente à sede da empresa Vigilância e Segurança da Amazônia Ltda. (Visam), na rua Tito Bitencourt, São Francisco, Zona Centro-Sul, contra a falta de pagamentos de direitos trabalhistas.

Os manifestantes fazem parte de um grupo de 320 profissionais demitidos pela empresa no mês passado, cuja homologação das rescisões deveria ter ocorrido na sexta, na sede do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de Manaus (Sindvam), localizado na rua 5 de Fevereiro, Betânia, Zona Sul.

"Foi acertado que a homologação seria hoje, mas como ninguém da empresa compareceu ao local no horário combinado, resolvemos ir para frente da empresa cobrar os direitos dos trabalhadores", disse Ângelo André Lima, delegado do Sindvam.

O sindicalista acrescentou ainda que as indenizações giram em torno de R$ 5 milhões e que a empresa está sem reservas para cumprir com o compromisso.

A manifestação teve início por volta das 9h30 e seguiu até 11h30, quando finalmente trabalhadores e representantes da empresa chegaram a um acordo.

"Após muita conversa, a direção da Visam chamou o jurídico do sindicato, membros da diretoria e uma comissão formada por trabalhadores. A proposta foi chamar, entre os dias 26 e 29, grupos de 80 trabalhadores, por ordem alfabética, sendo 40 de manhã e 40 à tarde, para fazer os acertos", informou o secretário geral do Sindvam, Paulo Dora Siqueira.

O secretário do Sindvam também esclareceu que, nesse período, serão entregues os termos rescisórios para movimentação do Seguro-desemprego e liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Já as indenizações serão pagas conforme as audiências no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) forem acontecendo, em datas ainda a serem agendas.

"A proposta foi votada em uma assembleia que aconteceu logo após a reunião e aceita por unanimidade pelos trabalhadores", enfatizou Paulo Siqueira.

O representante sindical informou ainda ao EM TEMPO Online que os 320 profissionais estavam cumprindo aviso prévio desde o dia 16 de setembro, quando foram demitidos em função do Estado não ter renovado com a Visam o contrato para o atendimento da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), onde trabalhavam cerca de 600 vigilantes.

"Ocorre que, além do Estado não renovar, ainda atrasou a verba para a empresa pagar os direitos dos trabalhadores", comentou.

A reportagem entrou em contato com o proprietário da Visam, José Pacheco, para ouvir a versão da empresa, mas o empresário se limitou a confirmar as informações do Sindvam e disse que não tinha mais nada a declarar.

Corte

Em julho deste ano, o governador José Melo anunciou, por meio da Casa Civil, que ria fazer uma drástica redução em alguns serviços terceirizados, como segurança e conservação, no intuito de economizar R$ 600 milhões do orçamento até o fim do ano.

Uma das medidas com esse objetivo era a substituição dos vigilantes armados nos órgãos públicos do Estado por vigias, os chamados agentes de portaria. A medida, segundo o Sindvam, atinge mais de 4 mil trabalhadores da categoria.

Fonte: Em Tempo

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF